



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

---

### PROPOSTA DE PAUTA

<b>1. Pendências de reuniões anteriores</b>	<b>Identificador</b>
1.1. Não há pendências.	
<b>2. Itens para pauta</b>	<b>Identificador</b>
2.1. Alinhamento de Discurso (Perguntas e Respostas sobre a JT/Manual de Jornalismo) 2.2. Plano Estratégico de Comunicação Social da Justiça do Trabalho 2.3. Padronização submenu "Institucional" 2.4. Sugestões para projeto de padronização dos Portais do Judiciário 2.5. 80 anos da Justiça do Trabalho 2.6. Andamento propostas Media Training/Unificação ferramenta de Portais	
<b>3. Outros assuntos</b>	<b>Identificador</b>
<b>4. Deliberações via e-mail</b>	<b>Identificador</b>
<b>5. Agendamento da próxima reunião</b>	<b>Identificador</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

ATA DE REUNIÃO	
Local	Período
Videoconferência	05/03/2021

No dia **05 de março de 2021**, por videoconferência, das 14h30 às 16h30, ocorreu a Reunião do Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho. Estiveram presentes os seguintes membros do referido Comitê, bem como a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e a servidora da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGEST-CSJT):

Nome
<b>Patrícia Silva de Resende Nascimento</b> Secretária de Comunicação Social do TST
<b>Alessandro Jaco de Almeida</b> Servidor da Secretaria de Comunicação Social do TST
<b>Aline Maria Castro Silva Rossi</b> Diretora da Divisão de Comunicação Social do TRT da 2ª Região
<b>Gabriel Pereira Borges Fortes Neto</b> Diretor da Secretaria de Comunicação Social do TRT da 4ª Região
<b>Lidia Barros Nercessian</b> Coordenadora de Comunicação Social do TRT da 18ª Região
<b>Maria Luiza Caltabiano Barreiros de Mello</b> Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social do TRT da 19ª Região
<b>Andreia Nunes</b> Assessora de Comunicação do TRT 11ª Região
<b>Teresa Aparecida Asta Gemignani (convidada)</b> Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
<b>Daniele Fernandes Cunha</b> Servidora da AGGEST - CSJT



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

Item:	2.1. Alinhamento de Discurso (Perguntas e Respostas sobre a JT/Manual de Jornalismo)	ID	
<p>A secretária de comunicação do TST, Patrícia Resende, iniciou a reunião abordando as “Perguntas e Respostas sobre a JT”, com a explicação de que o Comitê, em conversas prévias pela internet, entendeu ser melhor chamar de “8 Fatos sobre a JT”. Segundo a secretária, a ideia é manter a informação atualizada, com infográfico resumido.</p> <p>No TST, o conteúdo será alocado na sala de imprensa. A ideia é que todos os tribunais tenham essa informação, sem a necessidade de dar destaque nos portais. É necessário submeter a proposta à presidência do TST. Se a presidente estiver de acordo, a SECOM encaminhará aos tribunais e-mail ou ofício com os encaminhamentos necessários.</p> <p>Sobre o Manual de Jornalismo, Alessandro Jacó afirmou que a maior parte já está elaborada e que, no momento, o comitê está trabalhando no glossário de termos jurídicos, que será utilizado nacionalmente. O próximo passo é concluir o glossário de termos jornalísticos.</p> <p>Com a parte textual do manual finalizada, a minuta será encaminhada ao comitê para avaliação, sugestões e ajustes, que deverão ser realizados no prazo de uma semana. Após a conclusão desse trabalho, o texto será encaminhado para revisão e diagramação. Jacó informou que essa minuta deverá ser encaminhada ao comitê nas próximas duas semanas.</p> <p>Patrícia Resende colocou que restam pendentes algumas padronizações sobre gênero e pontuou que se deve aguardar decisão por parte do comitê de comunicação do CNJ. Alessandro Jacó afirmou que provavelmente será incluído um item sobre esse tema no manual.</p>			
<b>Deliberação:</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>- A SECOM/TST submeterá a proposta dos “8 Fatos sobre a JT” à presidência do TST. Se a presidente estiver de acordo, encaminhará aos tribunais e-mail ou ofício com os encaminhamentos necessários.</li><li>- Alessandro Jacó, Luiza Mello e Aline Castro irão finalizar a minuta do Manual de Jornalismo e encaminhá-la ao comitê para avaliação, sugestões e ajustes.</li></ul>			

Item:	2.2. Plano Estratégico de Comunicação Social da Justiça do Trabalho	ID	
<p>Patrícia Resende afirmou estar aguardando a aprovação do Plano Estratégico da JT 2021-2026, que deve ocorrer na próxima sessão do Conselho, para dar encaminhamento ao plano nacional da comunicação. Sobre a diagramação dos planos estratégicos, Alessandro Jacó informou que a AGGEST solicitou um padrão de identidade visual para todos os planos da JT e sugeriu que o tema seja discutido no Comitê de Comunicação Social. Patrícia Resende sugeriu que a proposta de identidade visual dos planos seja oferecida aos TRTs, de forma que seja opcional utilizá-la.</p> <p>Patrícia Resende citou que já iniciaram pesquisa de satisfação interna, que se trata de um dos indicadores da proposta feita em 2019 para o Plano Estratégico de Comunicação da Justiça do Trabalho.</p>			
<b>Deliberação:</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>- O Comitê irá aguardar a aprovação do Plano Estratégico da JT para prosseguir com o plano da</li></ul>			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

comunicação.

- A SECOM/TST irá sugerir à AGGEST/CSJT que, após a aprovação do Plano Estratégico da JT, autorize o compartilhamento da identidade visual para que os TRTs possam utilizá-la, caso desejem.

Item:	2.3. Padronização submenu "Institucional"	ID	
<p>Patrícia Resende informou que a servidora Denise do TRT da 9ª Região, que até o ano passada integrava o comitê, iria fazer a proposta de padronização do submenu "Institucional". A secretária pontuou que o CSJT e o TST tem suas particularidades, mas que os TRTs possuem mais conteúdos em comum para constar em seus submenus. Assim, sugeriu que alguém do grupo entrasse em contato com Denise (TRT 9/PR) para elaboração da proposta.</p> <p>Gabriel Fortes, representante da Região Sul, se ofereceu para elaborar a proposta com Denise. Patrícia Resende sugeriu que seja definido quais itens e em que ordem devem constar no menu institucional (ex: estrutura, quem é quem, missão, visão).</p> <p>Gabriel Fortes afirmou que vai observar os menus dos demais TRTs, aproveitando o que houver de melhor em cada um.</p>			
<p><b>Deliberação:</b></p> <p>- Gabriel Fortes irá entrar em contato com Denise para elaborar proposta de submenu "Institucional" para a Justiça do Trabalho.</p>			

Item:	2.4. Sugestões para projeto de padronização dos Portais do Judiciário	ID	
<p>Patrícia Resende (TST) explicou para a desembargadora Teresa Aparecida Asta Gemignani como é formado e como funciona o Comitê de Comunicação Social da JT. Exemplificou os assuntos que estão sendo tratados no comitê e, posteriormente, os membros se apresentaram.</p> <p>A desembargadora afirmou querer ouvir os membros do comitê para obter subsídios nas discussões com o CNJ sobre possível padrão para todos os sites do Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito à Lei de Acesso à Informação (LAI) e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), relatando que há muita dificuldade em acessar informações pelos diversos sites. Apontou que o olhar das instituições tem sido sempre para dentro, visando saber o que a instituição necessita, e que agora estamos num momento virtuoso de olharmos para fora, visando saber o que o cidadão precisa. Assim, é preciso saber quais informações temos que prestar pela LAI e quais medidas temos que tomar em relação à LGPD.</p> <p>Patrícia Resende afirmou que a padronização da identidade visual da JT tem como um de seus objetivos principais unificar a imagem da JT e facilitar o acesso do cidadão aos serviços nos portais. Acredita na necessidade de padronização das informações mais importantes a serem mantidas na parte nobre dos sites, porém preservando a autonomia dos Tribunais nos demais assuntos.</p> <p>A Secretária informou que o projeto teve 5 etapas: 1) Benchmarking, para observar a realidade de outros ramos de justiça, tendo como grande referência a Justiça Eleitoral. 2) Pesquisa com todos os TRTs para saber os serviços mais acessados e categorizar os temas. 3) Convencimento da</p>			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

administração sobre necessidade de unificar a identidade visual e a localização dos conteúdos. 4) Aprovação pelo plenário do Conselho. 5) Guia para orientar os TRTs, dando 6 meses para adaptação.

Alessandro Jacó comentou sobre a pesquisa realizada com TRTs, feita previamente à Resolução CSJT nº 243/2019, que estabelece a identidade visual e o guia de padronização dos portais. A pesquisa foi encaminhada aos TRTs para levantamento dos dados de serviços mais acessados, que foram posteriormente consolidados. Também foi realizado levantamento em portais de outras instituições para verificar os menus institucionais que se destacaram. A partir das pesquisas, chegou-se a um número de 8 itens no menu institucional, levando em conta também a transparência e a acessibilidade.

Assim, o menu lateral foi dedicado aos serviços mais acessados como, por exemplo, consulta processual. O menu de serviços mais acessados, junto ao menu institucional, acessibilidade e notícias, ficaram na primeira dobra do site, em que não é necessário rolagem para acessar. A segunda dobra foi dedicada a outras informações, como banners de eventos, notícias mais antigas e uma área flexível, ficando a critério de cada tribunal escolher os conteúdos mais relevantes para esse espaço.

Alessandro Jacó citou que a Resolução CSJT nº 243/2019 permite que o manual seja atualizado sem necessidade de publicação de nova resolução, dando maior flexibilidade para as mudanças necessárias, como, por exemplo, o menu sobre produtividade e o link para sessões virtuais durante a pandemia de Covid-19. Afirmou, ainda, que a padronização foi feita para a primeira página, ficando as demais para serem trabalhadas posteriormente pelo Comitê de Comunicação Social.

Patrícia Resende pontuou que o projeto de unificação de ferramentas dos portais é um projeto de longo prazo, pois inclui pesquisar, licitar, treinar, etc. Informou que a SETIC/CSJT está questionando se os TRTs têm interesse numa ferramenta unificada para os portais.

Alessandro Jacó lembrou que existem algumas limitações da padronização em função das diversas ferramentas usadas pelos tribunais e que, por isso, seria ideal unificá-la.

Lidia Nercessian citou certa resistência da área TI do TRT para implantação de ferramenta unificada, mas pensa que, a longo prazo, é uma boa medida. Maria Luiza de Mello também citou resistência da área de TI por causa da integração com outras ferramentas. Acredita, no entanto, que a unificação vai facilitar o trabalho e que os benefícios são maiores do que as dificuldades. Alessandro Jacó pontuou que a ideia da unificação é diretriz do Conselho (ex: videoconferência, PJe, etc). Afirmou que a dificuldade inicial traz um benefício a longo prazo e faz a JT conversar entre si.

Patrícia Resende comentou que a padronização aumentou a importância da comunicação e obrigou os tribunais a publicarem notícias do que realizam regionalmente. O comitê tem trabalhado para que as notícias foquem nas decisões, mas que ainda há muitos regionais publicando notícias internas nos portais, que não interessam ao cidadão. Considerou ser positivo que outras áreas participem da definição dos conteúdos, e não somente a comunicação (ouvidoria, gestão estratégica, área judiciária, dentre outras).

Aline Rossi afirmou que o TRT da 2ª Região trabalha com um comitê multidisciplinar que realiza reuniões mensais. Explicou que a SECOM conduz as reuniões, mas as decisões são do grupo, e que acredita que o modelo deu certo. Afirmou ser a favor da unificação da ferramenta, pontuando que a área de TI também mostra resistência e que a decisão teria que vir das instâncias superiores. Maria Luiza de Mello disse que o fato de termos portais com regras e padronizações evitou muitos problemas durante a pandemia.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

---

A desembargadora Teresa Gemignani entendeu haver uma disputa por espaço e perguntou se quem toma a decisão é o presidente do tribunal. Aline Rossi afirmou usar o manual para demonstrar o que pode e o que não pode ser publicado no portal. Em relação ao conteúdo das notícias, recorre ao Conselho de Comunicação quando a notícia que querem veicular não é de interesse público.

Alessandro Jacó lembrou que o Comitê tem trabalhado sobre o manual de redação para definir o que é notícia e o que não é notícia, para evitar na página principal conteúdos que não são de interesse público, e para definir o que deve ficar na intranet e o que deve constar no portal.

Gabriel Fortes citou que o TRT da 4ª Região também possui uma Comissão de Comunicação Social com boa experiência, que funciona como um conselho apontando caminhos quando há dúvida sobre o que pode ser publicado. Afirmou que a padronização facilitou muito o trabalho e que o TRT utiliza estatísticas para definir os conteúdos que permanecem na área flexível dos TRTs.

A desembargadora Teresa Gemignani explicou que estamos passando por uma mudança de paradigma no Direito, desde o Código de Processo Civil de 2015, pois o padrão passou de consulta de doutrina para consulta de jurisprudência do órgão superior, mostrando que existe um movimento em Direito de consolidação de precedentes e uniformização da jurisprudência.

Em sua opinião, isso está sendo feito sem se observar o panorama geral. Questionou ao grupo se seria um caminho interessante priorizar nos portais as decisões dos regionais com certo destaque, para que o cidadão possa saber os precedentes de como o tribunal vem julgando (súmulas e teses prevalecentes) e estimar a sua chance de ganhar o processo. Essas informações dariam ao cidadão a possibilidade de avaliar a conveniência de entrar com uma ação e ter subsídios para realização de acordo.

Aline Rossi explicou que, no TRT da 2ª Região, existe a meta de lançar uma notícia por dia referente a decisões e que esse formato tem gerado reações positivas. O desafio é como simplificar a linguagem, para que seja acessível ao cidadão sem comprometer a exatidão jurídica.

Patrícia Resende compartilhou que no TST já existe a prática de publicação das decisões. No entanto, nos TRTs há uma dificuldade de estruturação das equipes. Lembrou que no plano de comunicação haverá uma meta de publicação de decisões, o que irá estimular os TRTs.

Maria Luiza de Mello afirmou que o maior desejo da comunicação do TRT da 19ª Região é publicar mais matérias sobre decisões jurídicas. No entanto, citou dificuldade no convencimento dos gabinetes para que enviem as informações, pois a equipe de comunicação não tem pessoas suficientes para acompanhar as sessões inteiras.

Andreia Nunes explicou que o TRT da 11ª Região possuía uma servidora dedicada a acompanhar as sessões, o que rendia um bom número de divulgações de notícias, que eram bastante acessadas. Infelizmente, não puderam dar continuidade a esse trabalho, mas afirmou ser muito importante. Sugeriu também que, além das notícias jurídicas, os portais possam ter um espaço para estatísticas sobre as decisões.

Gabriel Fortes afirmou que o TRT da 4ª Região tem a prática de redigir notícias jurídicas. A SECOM as seleciona no banco de decisões ou recebe de magistrados, que são aprovadas pela Comissão de Comunicação Social para divulgação. Sugeriu aprimorar o trabalho em redes sociais, valorizando as súmulas mais abrangentes e contextualizando-as numa linguagem mais acessível.

Patrícia Resende solicitou que seja considerada a experiência da JT no trabalho junto ao CNJ. A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

desembargadora Teresa Gemignani perguntou o que o grupo achava sobre uma proposta de padronização única do Poder Judiciário. Patrícia Resende afirmou acreditar que a identidade visual não deveria ser padronizada para todo o PJ, mas que a localização dos conteúdos poderia ser. A desembargadora Teresa Gemignani solicitou o Manual de Identidade Visual da JT.

### Deliberação:

- A desembargadora Teresa Gemignani irá levar a experiência da JT para o CNJ.
- Patrícia Resende irá encaminhar o Manual de Identidade Visual da JT por e-mail para a desembargadora Teresa Gemignani.

Item:	2.5. 80 anos da Justiça do Trabalho	ID
-------	-------------------------------------	----

Patrícia Resende colocou que no dia 15 ou 16 de março será realizada reunião para mostrar as ações previstas para o mês de abril, conteúdos serão disponibilizados e haverá divisão de tarefas. Foi criado um comitê em 2020 que definiu portfólio de ações para o ano:

- 1) 2ª edição do prêmio de jornalismo, que deve ser lançado em maio;
- 2) Documentário sobre a JT;
- 3) Livro 80 anos da JT, que será comprado de uma editora;
- 4) Redes sociais: postagens, lives, dentre outros, no mês de maio;
- 5) Linha do tempo e exposição virtual.

Aline Rossi afirmou que irão realizar ações internas, como vídeos e outras iniciativas. Pensaram em filtros do Instagram (logo JT 80 anos e simulador de crachá) para público interno e externo, que poderão ser usados nacionalmente em maio.

Patrícia Resende sugeriu reunião com Aline Rossi para juntar tudo que vai ser produzido e cedido para uso nacional. Andreia Nunes se disponibilizou a participar da reunião também para contribuir e colher ideias.

Gabriel Fortes afirmou que levantaram iniciativas, mas nada que já tenha sido submetido e aprovado pela administração. Lidia Nercessian lembrou que comemoraram recentemente os 30 anos do TRT e ainda não elaboraram propostas para os 80 anos da JT. Patrícia Resende solicitou que Lidia Nercessian compartilhasse as ações de comemoração dos 30 anos para que pudessem ser utilizadas nos 80 anos da JT.

### Deliberação:

- Lidia Nercessian irá compartilhar as ações de comemoração dos 30 anos do TRT com o Comitê.
- Será realizada reunião entre Patrícia Resende, Aline Rossi e Andreia Nunes para levantar ações para os 80 anos da JT.

Item:	2.6. Andamento propostas Media Training/Unificação ferramenta de Portais	ID
-------	--	----



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

---

Patrícia Resende afirmou que o Comitê está aguardando deliberação da Secretaria-Geral do CSJT sobre o Media Training para dar continuidade à ação.

Em relação à plataforma única, a Secretária informou que a SETIC/CSJT está consultado os TRTs sobre a viabilidade da proposta.

### **Deliberação:**

- O Comitê irá aguardar a deliberação da Secretaria-Geral do CSJT e a conclusão do levantamento junto aos TRTs.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Comitê de Comunicação Social da Justiça do Trabalho

---

A ata foi submetida aos membros do Comitê e convidadas, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
<b>Patrícia Silva de Resende Nascimento</b> Secretária de Comunicação Social do TST	
<b>Alessandro Jacó de Almeida</b> Servidor da Secretaria de Comunicação Social do TST	
<b>Aline Maria Castro Silva Rossi</b> Diretora da Divisão de Comunicação Social do TRT da 2ª Região	
<b>Gabriel Pereira Borges Fortes Neto</b> Diretor da Secretaria de Comunicação Social do TRT da 4ª Região	
<b>Lidia Barros Necessian</b> Coordenadora de Comunicação Social do TRT da 18ª Região	
<b>Maria Luiza Caltabiano Barreiros de Mello</b> Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social do TRT da 19ª Região	
<b>Andreia Nunes</b> Assessora de Comunicação do TRT 11ª Região	
<b>Teresa Aparecida Asta Gemignani (convidada)</b> Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	
<b>Daniele Fernandes Cunha</b> Servidora da AGGEST - CSJT	